

Deliberação (extrato) n.º 295/2017

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com os n.ºs 4 e 5 do artigo 46.º do mesmo diploma, torna-se público que, na sequência de avaliação final obtida e homologada, por deliberação do Conselho Diretivo deste organismo, de 24.11.2016 e 20.01.2017, respetivamente, foi concluído com sucesso o período experimental dos trabalhadores Isabel Maria Aguiar de Freitas e de João Filipe Moreira Esteves, em postos de trabalho na carreira de assistente técnico, previstos no mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

15 de março de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

310385126

CULTURA**Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.****Despacho (extrato) n.º 3394/2017**

1 — Após publicitação, pelo aviso n.º 707/2017 (2.ª série), publicado no *Diário da República* n.º 11, de 16 de janeiro de 2017, na *Bolsa de Emprego Público* com o código OE201701/0257, na mesma data, e no *Diário de Notícias*, de 17 de janeiro de 2017, foi aberto o procedimento concursal de seleção do titular do cargo de direção intermédia do 1.º grau, Diretor do Departamento do Cinema e do Audiovisual deste Instituto, nos termos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo e Lei acima indicados, mediante proposta fundamentada do júri, designo, com produção de efeitos a partir de 23 de março de 2017, nos termos dos n.ºs 9, 10 e 11, ainda do mesmo artigo, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de direção intermédia do 1.º grau, Diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, I. P., a licenciada Cláudia Martins de Carvalho, técnica superior do mapa de pessoal do mesmo Instituto.

23-03-2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Serras Pereira*.

Nota curricular

I — Dados Pessoais:

Nome: Cláudia Martins de Carvalho
Nascimento: 22 de fevereiro de 1979, Arcos — Anadia

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2002 e pós-graduação em Mediação de Conflitos pela Universidade Lusófona de Tecnologias de Lisboa, 2003

III — Formação profissional

Francês — CIAL Centro de Línguas, 2016; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — INA, 2015; Legística: Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos — INA, 2015; Novo Código do Procedimento Administrativo — Dr. Luís Fábria, 2015; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, INA, 2014; Workshop Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, INA, 2013; Código dos Contratos Públicos, INA, 2013; Auditoria e Acompanhamento à Execução Financeira de Projetos, Oliveira, Reis e Associados, SROC, L.ª, 2011; Curso de Estudos Avançados Em Gestão Pública, INA, 2005 e 2006

IV — Experiência profissional:

Desde 3 de dezembro de 2016
Designada, em regime de substituição, no cargo de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, I. P.,
De junho de 2013 a dezembro 2016

Exercício de funções de apoio jurídico-especializado e controlo da legalidade dos procedimentos inerentes à atividade desenvolvida pelo Conselho Diretivo e pelas outras unidades orgânicas do ICA, e ainda funções de desenvolvimento do enquadramento legal e regulamentar do setor do cinema e do audiovisual. Em concreto, o acompanhamento dos

procedimentos concursais de atribuição de apoios financeiros: acompanhamento dos procedimentos de contratação pública; Instrução do processo de reconhecimento de nacionalidade e de coprodução de obras cinematográficas e audiovisuais ao abrigo das convenções e acordos internacionais que vinculam o Estado Português na matéria; Elaboração de pareceres, notas e informações sobre aspetos jurídicos, nomeadamente contribuindo para a preparação e elaboração da nova regulamentação dos apoios; Acompanhamento dos programas internacionais, em especial de âmbito europeu, de apoio ao setor do cinema e do audiovisual.

Desde junho de 2015

Coordenadora do Polo Nacional do 1.º Programa CPLP Audiovisual — Linhas DOCTV e FICTV: articulação com a CPLP para a preparação do 1.º Programa CPLP Audiovisual; Lançamento dos Concursos Nacionais DOCTV e FICTV; Verificação da legalidade das candidaturas; acompanhamento dos projetos apoiados; preparação do 2.º Programa Em 2015

Representante nacional no Comité de Gestão do Programa Europa Criativa — vertente MEDIA, programa da Comissão Europeia: Acompanhamento da implementação do programa por parte da Agência Executiva para a Educação, Audiovisual e Cultura, nomeadamente a aprovação dos Planos anuais

Desde junho 2006 a junho de 2013

Gestora de projeto na Divisão de Programas e Projetos (DPP) do Departamento do Cinema e Audiovisual: Acompanhamento dos procedimentos concursais de atribuição de apoios financeiros; Acompanhamento da execução de projetos aprovados; Elaboração de pareceres, notas e informações sobre aspetos jurídicos, nomeadamente contribuindo para a preparação e elaboração da nova regulamentação dos apoios; Acompanhamento dos programas internacionais, em especial de âmbito europeu, de apoio ao setor do cinema e do audiovisual;

Representante nacional no Comité MEDIA, junto da Comissão Europeia, e no Grupo de Trabalho Audiovisual, junto do Conselho da União Europeia.

Em 2004 e 2005

Exercício de Advocacia, em Coimbra

Elementos de certificação na qualidade

Entidade: Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.

Nome do designado: Cláudia Martins de Carvalho

Cargo de direção: Diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, I. P.

Início da comissão de serviço: 2017-03-23

Cessação da comissão de serviço: 2020-03-22

310388789

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.****Aviso n.º 4252/2017**

Miguel Augusto Rico Botas Castanho, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., em cumprimento e nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, inicia com a presente publicação o período de apreciação pública do projeto de regulamento da avaliação e financiamento plurianual de unidades de I&D, elaborado ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10-AI/99, de 31 de maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2005, de 3 de junho, da alínea *f*) do n.º 2 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprovou a lei orgânica da FCT, I. P., da alínea *h*) do Artigo 21.º e da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 41.º, ambas da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho.

O projeto do regulamento encontra-se disponível para consulta no portal da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., em www.fct.pt.

No âmbito da participação pública, e nos termos do disposto no artigo 101.º do CPA, os interessados podem dirigir, preferencialmente, por via digital através do endereço eletrónico avalunidades@fct.pt, as suas sugestões à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., ou ainda por escrito para a morada Avenida D. Carlos I, n.º 126, 1249-074 Lisboa, ao cuidado do Departamento de Apoio às Instituições, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da publicação do projeto do regulamento.

5 de abril de 2017. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo da FCT, I. P., *Miguel Augusto Rico Botas Castanho*.

310414561